

Dieese: há espaço para a recuperação dos salários

Fotos de Flávio Cannalonge

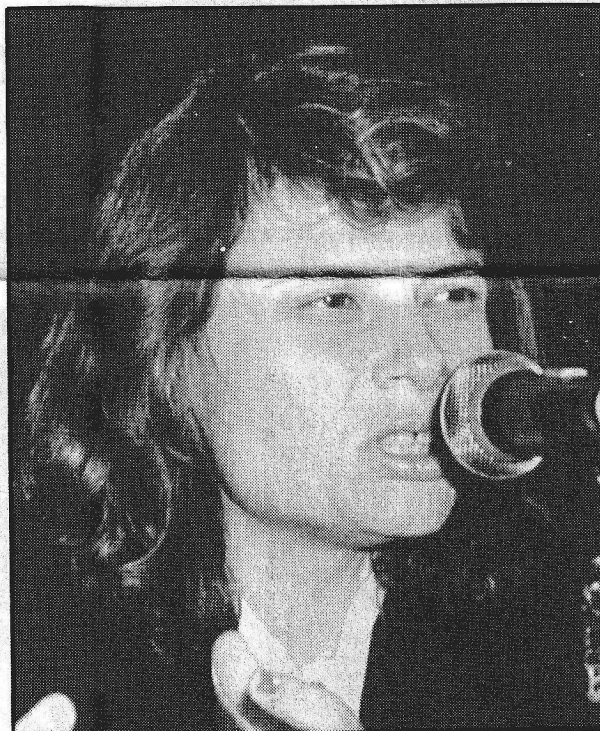
MARGARETE ACOSTA

SÃO PAULO — Um dos pontos dos programas de governo dos candidatos do PRN e da Frente Brasil Popular que diz de perto ao interesse dos trabalhadores é a política salarial. Item principal dos acordos coletivos, os reajustes salariais sempre ficam aquém das reivindicações do movimento sindical que aguarda com reservas sua colocação em prática pelo futuro Presidente da República, embora mantenha a expectativa de recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Economistas do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) acham que há espaço na economia para a recuperação dos salários, sem comprometer a competitividade internacional. Segundo publicação do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, que faz comparação internacional do valor/hora do trabalho, em 1968 o Brasil pagava em média US\$ 1,50 (NCZ\$ 10,23) a hora, já incluídos nesse valor os impostos, encargos sociais e horas-extras. Hong-Kong pagava US\$ 2,44 (NCZ\$ 16,44) e a Coreia US\$ 2,52 (NCZ\$ 17,18). Nos países europeus, como Grécia, o valor/hora do trabalho foi de US\$ 5,19 (NCZ\$ 35,39) enquanto na Alemanha foi de US\$ 18,03 (NCZ\$ 122,96) e na Inglaterra US\$ 10,49 (NCZ\$ 74,95).

A economista Zélia Cardoso de Mello, coordenadora do programa econômico de Fernando Collor de Mello, diz que a política salarial do candidato do PRN tem como princípio garantir reajustes que preservem o valor real dos salários.

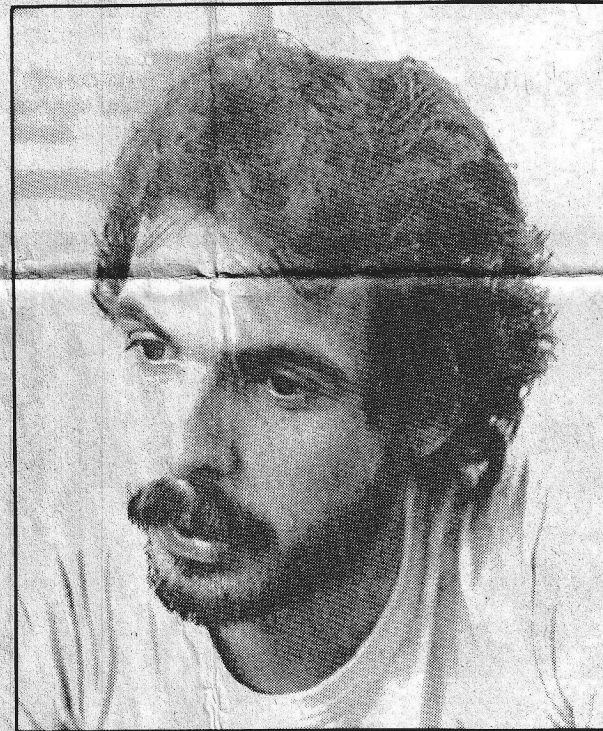
Já o assessor econômico de Luis Inácio Lula da Silva, Aloísio Mercadante, diz que o PT pretende elevar o salário mínimo de forma substancial, passando



Zélia: reajustes devem garantir valor real do salário

dos atuais US\$ 40 (valor de hoje pelo câmbio paralelo) para US\$ 200 (NCZ\$ 1.364, pelo câmbio oficial). Para isso o partido pretende mudar a estrutura produtiva de bens de consumo de massa, priorizando a produção de alimentos, calçados e vestuário. Segundo Mercadante, a forma de o Estado intervir na economia vai ser determinada pela perspectiva de distribuição de rendas.

Na opinião do Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, Antonio



Mercadante: mínimo vai passar de US\$ 40 para US\$ 200

Rogério Magri, a proposta de Zélia Cardoso é mais consistente, por assegurar o poder aquisitivo e a partir daí partir para a livre negociação. O Presidente da dissidência da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, não pensa assim. Ele acha que a livre negociação significará condenar à miséria e à fome os setores menos organizados da classe trabalhadora.

De acordo com os cálculos efetuados mensalmente pelo Dieese, o salário mínimo de outubro deveria ter sido de NCZ\$

2.474,37 e não os NCZ\$ 381,73 que os trabalhadores que estão nessa faixa salarial receberam. Para o economista Ilmar Ferreira, do Dieese, há espaço para a recuperação, "principalmente se pensarmos na riqueza gerada no País". O Dieese aponta desrespeito permanente à legislação vigente e às condições de vida dos trabalhadores, pois enquanto o PIB per capita corresponde a quase cinco vezes aquele de 1940, o salário mínimo é um terço de seu valor de 50 anos atrás.